

Católica ou não, Maria de Lurdes Pintasilgo mostrou na Assembleia da República que é mais a favor do "olho por olho" do que adepta do "dar a outra face". No fundo, e muito humanamente, reage como qualquer cidadão quando lhe pisam os calos: ripostando quanto pode. Não hesitou por isso, e apesar da Assembleia não se ter debruçado exaustivamente sobre a sua actuação junto da UNESCO, em trazer para a mesa os êxitos que ali teria obtido, realçando o apoio que teria obtido pelos membros da organização às suas teses. O importante, porém, era saber se, na sua qualidade de embaixadora de Portugal junto daquele organismo da ONU, Lurdes Pintasilgo defendeu os interesses efectivos de Portugal ou se se limitou a fazer tudo direitinho para que na UNESCO todos gostassem muito dela.

A dívida é pertinente já que é do conhecimento público que Lurdes Pintasilgo gosta que gostem dela. Marcelo Caetano, por exemplo, gostava bastante. O suficiente para a mandar para a ONU. Ali, porém, muita gente não gostava de Marcelo Caetano. E Lurdes Pintasilgo começou mesmo a pensar que talvez a posição do governo chefiado por Marcelo não fosse a melhor já que na ONU não a aplaudiam.

Na UNESCO as coisas pareciam mais fáceis. Com Portugal a dizer "sim senhor" a tudo, as dificuldades não pareciam muito grandes. Até que António Maria Pereira desatou a chatear toda a gente com a mania de que o português deveria ser uma língua de trabalho na UNESCO. Pior, Vítor Sá Machado, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros, também achava que sim e chegou a dar instruções à embaixadora Pintasilgo para oficializar o pedido.

Não custa adivinhar que trabalhar nesse sentido iria criar más vontades à nossa festejada embaixatriz. A UNESCO, mau grado as suas filantrópicas intenções, não é indiferente ao aumento de encargos. E incluir uma nova língua nas suas estruturas custa dinheiro, claro. Por isso, muito naturalmente, tenta evitá-lo. Nem sempre o consegue, mas tenta. Deve ter portanto achado o embaixador chinês um tipo chatíssimo quando ele teimou, teimou, e acabou por conseguir que a sua língua fosse incluída entre as línguas de trabalho da organização. Em contrapartida terá achado que a senhora Pintasilgo era uma simpática já que, mesmo tendo recebido instruções do seu ministro para fazer idêntico pedido, nunca o chegou a apresentar. E porquê isso? António Maria Pereira num livro recentemente publicado, "A língua portuguesa em perigo", explica bastante bem como as coisas se passaram. Por isso, e com a devida vénia, respigamos alguns parágrafos da obra:

"O Ministro dos Negócios Estrangeiros do 2.º Governo constitucional, Dr. Victor Sá Machado, honrou-me com a nomeação para a presidência da delegação portuguesa à primeira reunião da UNESCO, em Portugal, que se realizou de 4 a 13 de Abril de 1978, na Fundação Gulbenkian.

Por ser chefe da delegação portuguesa, fui eleito presidente da Conferência, o que novamente me deu possibilidades de actuação em defesa da língua portuguesa.

Pintasilgo (M-L) sabotou na UNESCO a expansão da língua portuguesa

O PRÉMIO FOI S. BENTO



Aproveitando a oportunidade, insisti pela utilização do português pela UNESCO, como veio a acontecer: todos os documentos que circularam pela reunião, bem como a recomendação final, foram emitidos não só nas línguas de trabalho oficiais daquela Organização, mas também em português — o que pela primeira vez aconteceu na história da UNESCO. Tal como sucedeu em relação aos documentos da OMPI sobre os direitos intelectuais, os países africanos de expressão portuguesa poderão, por isso, lê-los na sua própria língua, isto é, em português, em vez de serem forçados a recorrer ao espanhol ou a qualquer outro idioma.

Esta reunião da UNESCO marcou, o início da primeira ofensiva diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros pela promoção internacional do português. No desenvolvimento dessa ofensiva, e como adiante se historiará, foram dadas instruções muito concretas à nossa missão diplomática junto da UNESCO em Paris para recuarem a admissão do português como língua de trabalho oficial da UNESCO.

As diplomacias paralelas

"Aconteceu, porém, o que em outros momentos da nossa política externa tem sucedido e já conduziu à demissão do Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Medeiros Ferreira. Refiro-me à prática das diplomacias paralelas, que tanto tem afectado a coerência da nossa política internacional, orientando-a com frequência em direcções divergentes.

Invocando peregrinas razões que não resistem a uma análise objectiva — um imaginário receio de ferir susceptibilidades dos países africanos de expressão portuguesa e um suposto custo exagerado que para Portugal resultaria da adopção do português — a nossa embaixadora junto da UNESCO, Eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo, não deu cumprimento às instruções do Ministério dos Negócios Estrangeiros a que acima me referi. Assim, em vez de requerer a admissão do português como língua de trabalho da UNESCO, preferiu utilizar circuitos paralelos que conduziram ao congelamento da ofensiva em curso pela promoção internacional do português.

Nada tenho contra a embaixadora Maria de Lurdes Pintassilgo, que só consegui ver uma única vez, durante breves minutos, em Paris, aquando de uma das minhas já numerosas deslocações oficiais à UNESCO, e que me dizem ser uma senhora muito brilhante e inteligente — inteligência essa que, aliás, ficou, ao que parece, demonstrada quando fez parte da equipa do então major Melo Antunes, encarregado de elaborar, em Janeiro de 1975, portanto em pleno "jonegalvismo", o "Programa de Política Económica e Social", que se tornou conhecido por "Plano Melo Antunes".

A conotação da embaixadora Maria de Lurdes Pintassilgo como "melo-antunista" não me impressiona. O que interessa, neste momento, acentuar é que a sr.^a embaixadora Maria de Lurdes Pintassilgo está na origem do congelamento da ofensiva do Ministério dos Negócios Estrangeiros pela promoção internacional do português — e aqui estamos diante de uma ac-

ção cuja gravidade histórica é imensa.

A promoção cultural e tecnológica dos países em via de desenvolvimento — como são todos os Estados africanos de expressão portuguesa, e também o Brasil — está fundamentalmente confiada à UNESCO e às outras grandes organizações internacionais. E se os programas, os livros, as conferências, os seminários que constantemente são organizados em intenção desses países, chegarem até eles noutras línguas, designadamente em espanhol — e não em português — este tornar-se-á cada vez menos útil para esses países, acabando por ficar subalternizado. Tal como aconteceu em Goa, Timor e Macau e está em risco de se verificar em Angola.

Demorou alguma coisa o entender porque se quis efectivamente travar a expansão do português na UNESCO. Foi preciso que Natália Correia e António Maria Pereira se envol-



(continuação da pág. 5)

"espontâneo" — mas um mero "peão de brega"!

"Diestro" foi a nossa embaixadora junto da UNESCO, Maria de Lurdes Pintasilgo. Essa, sim, toureou a preceito o Ministério dos Negócios Estrangeiros português, passando-o de capa com a maior desenvoltura, ao recusar-se a cumprir instruções que lhe foram dadas para requerer a adopção do português como língua de trabalho da UNESCO.

E, depois de várias manofetinas, passes por alto e chicuelinas, deu-lhe a si, "por mandado oblíquo" — como dizia Fernando Pessoa — ordens para me instruir para que eu não prosseguisse no meu estorço pela promoção da língua portuguesa. Você, mero peão de brega, cumpriu sem pestanejar. Como podia um peão de brega recusar ordens do seu "diestro"?

Ao obedecer cegamente a essas ordens, você não estava consciente do problema. O que é normal para um peão de brega, a quem, obviamente, não compete fazer perguntas ao "diestro" sobre os passes que este se propõe executar. O peão de brega fez-se para obedecer, sem compreender. Foi o seu caso.

Que você estava mergulhado na mais completa ignorância sobre os dados do problema, ao dar-me instruções para eu não prosseguir o meu esforço de promoção da língua portuguesa, resulta, com evidência, das suas contradições.

Assim, na sua primeira carta em resposta a Natália Correia, você invoca como razão decisiva para a atitude que tomou o facto de "por razões óbvias os países de língua portuguesa não se terem mostrado interessados em promover o português internacionalmente". (!)

Ao fazer essa espantosa afirmação você estava, pura e simplesmente, a riscar com um traço vermelho ("Honni soit...") o artigo 2.º dos acordos de Bissau em que ficou expressamente estipulado que "as partes contratantes se propõem a valorização da língua portuguesa no âmbito das relações internacionais".

Este importantíssimo compromisso do Governo de Luanda em relação à língua portuguesa, tivemos, eu e o Dr. Vic-

tor de Sá Machado, que lho recordar, respectivamente, na minha resposta e na notabilíssima carta que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do II Governo constitucional me escreveu e que foi publicada neste jornal.

Mas não é tudo: como também eu lhe recordei — porque você, obviamente, o ignorava — foi o próprio Presidente Agostinho Neto, quem na última Cimeira da Organização de Unidade Africana, em Karthoum, requereu que o português passasse a ser língua oficial da Organização. E mais do que isso, acabo de ser informado de que os países de expressão portuguesa africanos requereram recentemente que o português passasse a ser língua de trabalho da Organização Mundial de Saúde para a região africana.

Só mais um facto em demonstração da inanidade da sua afirmação. Refiro-me a este passo da citada carta de Victor de Sá Machado: "Recordo, a este propósito (da promoção internacional do português) que numa das longas conversas que tive com o meu colega angolano, o Ministro Paulo Jorge, nos pusemos de acordo quanto à conveniência em desenvolver uma acção concertada com os vários países de fala portuguesa com vista justamente a tornar o português língua oficial nas Nações Unidas e suas Agências, designadamente a UNESCO".

E afirmações deste tipo foram feitas pelos representantes de todos os países de língua portuguesa, designadamente o Brasil, como resulta quer do que se refere na minha carta quer da de Victor de Sá Machado.

As contorsões terceiro-mundistas

É evidente que, diante destes factos definitivos e concludentes, perante os quais você estava em franca ignorância, você não podia continuar a sustentar a sua espantosa tese de falta de interesse dos países de expressão portuguesa pela promoção internacional do português. E vai daí, ei-lo a tentar desajeitadamente justificar-se invocando, não já essa falta de interesse, mas a "conveniência de adoptar na nossa estratégia diplomática aquilo a que eu cha-

maria uma metodologia indirecta, ... (SIC) para permitir em seguida que viesse a ser um dos Estados de língua portuguesa a tomar a iniciativa de requerer oficialmente a adopção do português como língua de trabalho, com o nosso imediato apoio (SIC) (!!!).

Mas que complicadas contorsões terceiro-mundistas, meu caro António Reis! Se todos os países de expressão portuguesa afirmam e demonstram terem o maior interesse na promoção internacional do português — porque haveríamos nós de ter vergonha de, depois de obtido o seu acordo, o requerer oficialmente?

Se não nos podemos orgulhar da descolonização que fizemos — que ao menos saibamos defender a essência da nossa presença no mundo, que é a língua portuguesa. Porém, ao que se vê, nem isso nos é consentido pelos infelizes terceiro-mundistas da nossa praça, que continuam sub-repticiamente a sabotar os esforços para uma actualização normal do nosso país em defesa do património cultural comum.

Mas a sua ignorância de peão de brega sobre as razões reais das posições que o seu "diestro" lhe ordenava que tomasse evidenciou-se também do segundo argumento que você utilizou na sua primeira carta, em resposta a Natália Correia. Escreveu você a este respeito: "No seu afã assaz louvável de promover a língua portuguesa a língua oficial dos organismos oficiais, António Maria Pereira arriscava-se, no caso em questão, a defender uma posição que poderia vir a comprometer o Estado português com o sustento de mais 90 funcionários no estrangeiro e um investimento financeiro incomportável da ordem de 300 000 contos, ou seja quase metade do orçamento anual da Secretaria de Estado da Cultura (!!!)

Em resposta, eu expliquei-lhe com elementos concretos, que nada disso era assim e que os custos da adopção do português ficariam a cargo da UNESCO — como ficaram os custos de adopção de todas as restantes línguas da Organização, com a única excepção do árabe, por razões especiais.

Na sua nova carta, a que respondendo, você — agora obviamente

te esclarecido por Paris — já não insiste nesses argumentos ridículos. Aprendendo a lição — o "diestro" é quem, obviamente, sabe, e não o peão de brega — você passa a argumentar com verbas completamente diferentes, colhidas do relatório do "Corpo comum de inspecção da UNESCO" (que, acredite, eu conheço há muito mais tempo do que você) o qual contém uma estimativa do custo da adopção pela Organização de uma nova língua ocidental e cuja conclusão, como ressalta dos números que você transcreve, é dada em alternativa: num caso 2 638 550 dólares por dois anos, o que equivale, em números redondos a 58 000 contos por ano, noutro caso, de 8 661 550 dólares por dois anos, ou seja, cerca de 200 000 contos por ano.

Pagos por quem?

Pela UNESCO, Dr. António Reis! Meta isto na sua cabeça, de uma vez para sempre. Não era, ao contrário do que na sua ignorância você pensava, nem a Secretaria de Estado da Cultura, nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nem o País, quem teria de desembolsar aqueles montantes. E foi, precisamente por essa razão, que a UNESCO empreendeu esse estudo que tinha como objectivo evitar que a sua Assembleia Geral se lançasse descuidadamente na admissão de novas línguas de trabalho sem os delegados estarem conscientes do que isso representaria para o orçamento da Organização — e, indirectamente, para os seus países, na medida em que, através das suas contribuições anuais, alimentam esse orçamento.

Depois de fatigar o leitor com números e mais números, sem qualquer interesse para o problema em debate, você, doutoral como sempre, prepara-o para a conclusão decisiva que, pela sua novidade, me arasararia, reduzindo-me ao silêncio. "Esta orientação restritiva (quanto à adopção de novas línguas) — sentença você —

mereceu a concordância do Conselho Executivo da UNESCO e é hoje dominante no seio das Nações Unidas, pelo que qualquer proposta de oficialização da língua portuguesa depairaria necessariamente com uma séria resistência encabeçada, aliás, pelos próprios Estados que mais contribuem financeiramente para a Organização".

Mas você está completamente desorientado, meu caro António Reis! Com efeito, noutro passo da sua carta, você afirma que, desde que a adopção do português na UNESCO fosse requerida, não por Portugal, mas sim por um dos países do terceiro mundo da expressão portuguesa "conseguiríamos ver coroados de êxito os esforços tendentes à oficialização da nossa língua"; agora diz-nos que se formos nós a requerer, a UNESCO não aprovará.

Há aqui qualquer coisa que não faz sentido — sob pena de não termos uma discriminação de UNESCO em relação a Portugal, que nem eu nem ninguém jamais notou. Então você considera que o português seria ou não aprovado pela UNESCO consoante quem requeresse essa adopção fosse um país do terceiro mundo de expressão portuguesa, ou Portugal? !!! "Olhe que não", António Reis, "Olhe que não"! Você está, obviamente, imerso na maior das confusões, cuja origem terceiro-mundista é fácil de detectar..."

Poderia portanto a UNESCO estar desagradada com Maria de Lurdes Pintasilgo? Claro que não. Poupança-lhe maçadas e despesas, alinhou com a maioria, disse "sim senhor" sempre que foi preciso. A UNESCO que interessa que em Angola se fale português ou espanhol acubinado? A UNESCO o que interessa que se fale português em Timor ou em Macau, em São Tomé ou na Guiné?

Mas que os portugueses deveriam ter razões de queixa contra Maria de Lurdes Pintasilgo, lá isso deveriam. Porque não lutou como deveria para que a língua do país em que nasceu, do país que lhe pagava para ser seu embaixador, fosse defendida e expandida como merece.

É bem mais fácil, evidentemente, deixar cair uma lágrima de emoção pela situação das crianças vítimas de seca em África ou da subalimentação na Ásia. Mais fácil e, ao que se vê, mais rendoso. A língua portuguesa perdeu uma oportunidade, mas Lurdes Pintasilgo não perdeu a sua: mora agora em São Bento e já não precisa de percorrer caminhos paralelos para efectuar a sua política. Agora é ela quem diz como se faz. É no que respeita à política externa lá conta com Freitas Cruz, atento, venerador e obrigado. Como o desejo deste é apenas de falar inglês durante uns anos, porque raio se há-de ele importar com a língua portuguesa?

